



## Responsabilização do cuidado – a pandemia e as mulheres

Accountability of care – the pandemic and women

Beatriz Helena Viana Castro\*\*

Edla Eggert\*

**Resumo:** O presente artigo analisa o agravamento da condição feminina a partir da pandemia COVID-19 no ano de 2020, tendo por base relatos de estudantes mulheres de três Institutos Federais localizados na Região Sul do Brasil e suas percepções acerca da situação feminina, sua responsabilização pelo trabalho doméstico, pelo cuidado dos filhos e as maneiras que a sociedade patriarcal, em que essa situação foi estabelecida, utiliza para manter essa condição. Os relatos que serão destacados foram obtidos por meio da pesquisa de doutorado no Programa de Pós Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS e serão analisados no contexto das condições de desigualdade no período pandêmico da COVID-19, considerando o aumento dos casos de violência doméstica contra as mulheres e o agravamento das condições de trabalho femininas. Nossa discussão apresenta algumas das construções históricas que subordinaram as mulheres à condição de submissão e subserviência. Ao longo dos anos as mulheres foram levadas a acreditar que possuem atributos à “natureza feminina”, que as torna mais aptas a exercerem esse papel de cuidadoras. Esse panorama tem consequências na vida de todas as mulheres, mesmo as que optam por exercer alguma atividade fora do lar, pois estarão submetidas a uma jornada dupla ou tripla de trabalho, já que continuarão sendo responsáveis pelo trabalho doméstico e cuidado dos filhos. Incluiremos nesse debate a maneira como o capitalismo se apropriou da cultura de subserviência apreendida pelas mulheres na manutenção da harmonia no ambiente privado e na desvalorização do trabalho doméstico e feminino. Essa discussão apontará que, para além dos estudos de gênero e feministas, os aspectos de raça e classe social reforçam essas desigualdades, entrelaçadas com o agravamento dessas condições no ano de 2020 por conta da pandemia do Coronavírus.

**Palavras-chave:** Pandemia. Cuidado. Mulheres. Institutos Federais.

**Abstract:** This article analyzes the worsening of the female condition from the pandemic COVID-19 in 2020, based on reports from female students from three Federal Institutes located in the South of Brazil and their perceptions about the female situation, their responsibility for domestic work, for the care of children and the ways that patriarchal society, in which this situation was

\*\* Doutoranda em Educação na PUCRS. Professora do Instituto Federal Sul-rio-grandense, em Pelotas/RS. Contato: castrobh@hotmail.com

\* Doutora em Teologia. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 1C. Professora na Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Contato: edla.eggert@pucrs.br



established, uses to maintain this condition. The reports that will be highlighted were obtained through doctoral research in the Graduate Program in Education at the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul – PUCRS and will be analyzed in the context of inequality conditions in the pandemic period of COVID-19, considering the increase in cases of domestic violence against women and worsening female working conditions. Our discussion presents some of the historical constructions that subordinated women to the condition of submission and subservience. Over the years, women have been led to believe that they have attributes, to the “feminine nature”, which makes them more apt to exercise this role of caregivers. This scenario has consequences for the lives of all women, even those who choose to perform some activity outside the home, as they will be subjected to a double or triple workday as they will continue to be responsible for domestic work and child care. We will include in this debate the way in which capitalism has appropriated the culture of subservience apprehended by women in maintaining harmony in the private environment and in the devaluation of domestic and female work. This discussion will point out that, in addition to gender and feminist studies, aspects of race and social class reinforce these inequalities intertwined with the worsening of these conditions in 2020 due to the Coronavirus pandemic.

**Keywords:** Pandemic. Care. Women. Federal Institutes.

## Introdução

A construção desse artigo se deu a partir das reflexões advindas de uma pesquisa de doutorado, iniciada em 2017, e a partir do cruzamento das leituras realizadas e do trabalho de campo, onde exercitamos a escuta de algumas mulheres estudantes de três Institutos Federais participantes dessa pesquisa, onde foram desencadeadas diversas reflexões. A escuta foi realizada por meio de grupos de discussão em cada um dos institutos com estudantes que demonstraram interesse voluntariamente de participar. Nesse texto apresentamos um dos aspectos que foram explicitados por essas mulheres e que já despertavam anteriormente o nosso interesse. Discutiremos sobre a condição de subordinação feminina que mantém as mulheres até hoje responsáveis pelo trabalho doméstico a partir de sua “vocação natural”, fazendo o entrelaçamento do debate teórico com as percepções das estudantes.

O texto foi dividido em três partes que foram nos encaminhando para as reflexões finais. Na primeira parte apresentamos o debate teórico que nos conduziu durante as discussões acerca dos temas propostos. Procuramos explicitar as construções históricas que responsabilizaram as mulheres pelo cuidado e pelo trabalho doméstico e, para além das discussões sobre as desigualdades nas relações de gênero, incluímos os aspectos de raça e classe social no debate.

Na segunda parte encaminhamos as reflexões a partir das falas e percepções das estudantes durante sua participação nos grupos de discussão. Os depoimentos apresentados nos auxiliaram a compreender como as mulheres percebem essa condição.

A terceira parte desse artigo reflete sobre os impactos da pandemia de COVID-19 no ano de 2020 e como foram sentidas diferentemente pela população a partir dos aspectos de gênero, raça e classe social.

Encerramos a escrita desse texto apresentando nossas considerações finais e abrindo novas possibilidades para futuras discussões.

### **Responsabilização do cuidado – perspectivas históricas**

Nessa seção procuraremos demonstrar que as questões que responsabilizam as mulheres pelo cuidado da família têm origens históricas bem antigas. Flavia Biroli aprofunda essa discussão do que chamamos hoje de responsabilização, apontando que esse é um problema político e que implica em desvantagens para as mulheres, visto que:

O trabalho que as mulheres realizam na vida cotidiana doméstica, a forma que ele assume e o tempo que lhe é dedicado estão longe de constituir escolhas voluntárias, apesar de não existirem impedimentos legais para a busca de outros caminhos e de esse trabalho não ser resultado de coerções identificáveis como tal.<sup>1</sup>

Silvia Federici esclarece como, historicamente, essas construções fortaleceram esses papéis e aponta que:

A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina.<sup>2</sup>

A experiência de estar no mundo das mulheres foi construída historicamente a partir de uma sociedade patriarcal e, embora hoje falemos em aparente igualdade, essa ainda não é a realidade para a maioria de nós. Ou seja, as relações de gênero entre homens e mulheres são assimétricas, de inferioridade feminina. Essas relações afetam também as relações entre as próprias mulheres, atingindo diferentemente as mulheres a partir de sua raça e classe social.

Examinando um pouco mais os aspectos de raça e classe social a partir das relações de gênero, Flavia Biroli aponta que esses reforçam a desigualdade entre homens e mulheres, e indica que ela “não é aleatória, mas atende a padrões que têm correspondência com as hierarquias de gênero, raça e classe social. Entre os que cuidam, há mais mulheres, mais negras/os e mais indivíduos das camadas mais pobres da população.”<sup>3</sup>

<sup>1</sup> BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 64.

<sup>2</sup> FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019, p. 42.

<sup>3</sup> BIROLI, 2018, p. 81.

Quando referimos o tema da classe social não podemos deixar de pensar em como o capitalismo se apropriou dessa situação. Silvia Federici, ao analisar a construção histórica dessa condição feminina, aponta que no capitalismo “somente a produção para o mercado estava definida como atividade criadora de valor.”<sup>4</sup> Dessa forma o trabalho doméstico foi desvalorizado, sendo considerado como trabalho não remunerado, não produtivo, circunstância que o tornou sem importância para a acumulação de capital, portanto, invisível. A partir desse contexto, o trabalho doméstico foi sendo considerado como uma vocação natural e apontado como trabalho de mulheres.

Sobre os mecanismos de subordinação das mulheres, a autora esclarece que:

Essas mudanças históricas – que tiveram um auge no século XIX com a criação da figura da dona de casa em tempo integral – redefiniram a posição das mulheres na sociedade e com relação aos homens. A divisão sexual do trabalho que emergiu daí não apenas sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento para comandar o trabalho das mulheres.<sup>5</sup>

Historicamente essas construções fortaleceram os papéis de serviço para as mulheres. Durante a “transição do feudalismo para o capitalismo, as mulheres sofreram um processo excepcional de degradação social que foi fundamental para a acumulação de capital e que permaneceu assim desde então.”<sup>6</sup> A análise da subordinação feminina aos homens a partir da formação do capitalismo reforça que “a diferença de poder entre mulheres e homens e o ocultamento do trabalho não remunerado das mulheres por trás do disfarce da inferioridade natural delas permite ao capitalismo ampliar imensamente ‘a parte não remunerada do dia de trabalho’ e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino.”<sup>7</sup>

Assim como ao somarmos a reflexão a partir da raça, entrecruzada com classe social, percebemos que a intensidade com que afeta as mulheres negras e as de camadas mais pobres no Brasil é diferente, mais ainda incide sobre as mulheres negras. As mulheres que possuem melhores condições financeiras, terceirizam o trabalho da vida doméstica e, em grande maioria, quem faz esse trabalho são mulheres negras que assumem esse dia cheio de responsabilidades invisíveis. Podemos verificar essa situação a partir dos dados da PNAD contínua que mostram que, em 2018, 14,6% das mulheres brasileiras ocupadas concentravam-se em atividades remuneradas no trabalho doméstico, contra 1% dos homens. Para entender como isso nos afeta diferentemente a partir da raça, um estudo elaborado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica

<sup>4</sup> FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017, p. 145.

<sup>5</sup> FEDERICI, 2017, p. 145-146.

<sup>6</sup> FEDERICI, 2017, p. 146.

<sup>7</sup> FEDERICI, 2017, p. 232.

Aplicada), revela que as negras são atingidas mais fortemente. Os dados dessa pesquisa apontam que, em 2018, a proporção de trabalhadoras domésticas remuneradas de 16 anos ou mais, no total de ocupadas no mercado de trabalho, por raça/cor no Brasil, 18,6% eram negras contra 10% de mulheres brancas<sup>8</sup>.

Historicamente, essa realidade se configurou no Brasil desde o período colonial, onde podemos distinguir os diferentes papéis do homem e da mulher na sociedade. As instituições de ensino, em grande parte as religiosas, contribuíram para reforçar esse panorama através da manutenção da educação centrada na ordem da figura masculina com o poder de decisão, e contribuindo para que esse quadro desvalorizado de atribuições femininas fosse construído.

Seu plano de estudos adequava-se aos papéis femininos na sociedade de então: as meninas limitar-se-iam a aprender a ler, escrever e contar, além de coserem e bordarem, pois isso bastaria para o governo de suas casas no futuro. Pode parecer pouco, mas na sociedade colonial, onde eram raras as mulheres que sabiam assinar seus nomes e escrever uma carta, o programa do bispo Azeredo Coutinho representava um passo importante na educação feminina.<sup>9</sup>

Quando refletimos sobre o papel da escola como uma das instituições que atuam para a manutenção desse cenário, identificamos que os objetivos da educação da mulher no Brasil foram constituídos historicamente e, ainda hoje, sentimos esse reflexo da educação dos tempos do Brasil Colonial.

Nesse ponto, agregamos ao nosso debate análises estabelecidas por Marcela Lagarde, quando retrata que todas as mulheres estão confinadas a algum tipo de cativeiro. Gostaríamos de ressaltar aqui o cativeiro que Lagarde denominou *Madresposa*, em que analisa que todas as mulheres já nascem destinadas a cumprir o papel de mãe, sejam elas mães ou não, no decorrer de suas vidas. Esse papel, segundo a autora, está relacionado às atribuições de cuidado que são destinados às mulheres: “A extensão pública da maternidade das mulheres à reprodução, a feminização dessas atividades, e sua dupla inferiorização, se alimentam mutuamente e se convertem em provas de que as mulheres são aptas a fazê-lo, de que são trabalhos para mulheres.”<sup>10</sup>

<sup>8</sup> PINHEIRO, Luana et al. **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua**. Texto para discussão. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2528.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2020.

<sup>9</sup> SILVA, Maria Beatriz. A educação da mulher e da criança no Brasil colônia. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. 1: séculos XVI – XVIII. Petrópolis: Vozes, p. 131-145, 2004, p. 135.

<sup>10</sup> LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. 4. ed. México: UNAM, 2005, p. 398. “*La extensión pública de la maternidad de las mujeres a la reproducción, la feminización de estas actividades, y su doble inferiorización, se retroalimentan y se convierten en pruebas de que las mujeres son aptas para hacerlos, de que son trabajos para mujeres.*”

Essa discussão já foi apresentada por Saffioti em 1987 no Brasil e, embora tenha sido feita há muitos anos, ainda podemos percebê-la como atual:

A identidade social da mulher, assim como a do homem, e construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem.<sup>11</sup>

Saffioti elucida que a sociedade investe muito na naturalização deste processo, ou seja, tenta fazer crer que essas atribuições femininas decorrem de sua capacidade de ser mãe. Se pensarmos possibilidades de desconstrução desse contexto, quais as lutas precisam ser travadas nesse sentido, perceberemos que a luta é complexa e deve ser conjunta, pensando em formas de conscientizar as pessoas sobre a misoginia, o machismo, o racismo e também a compreensão sobre consciência de classe. Mirla Cisne mostra que muitas são as dificuldades enfrentadas nesse sentido:

A formação da consciência de classe na sociedade capitalista é dificultada pelas relações de alienação que a permeiam, bem como pela ideologia dominante a ela associada, que levam muitos indivíduos sociais a naturalizarem e até mesmo a reproduzirem relações de dominação. Assim, ao contrário de se rebelarem contra uma ordem que os domina, adequam-se e, muitas vezes, modelam-se sob essa dominação [...] além de todas as relações de alienação e de dominação ideológica vivenciadas pelos homens, as mulheres também são marcadas pela força da ideologia de uma suposta natureza feminina, que as institui como apolíticas, passivas e submissas.<sup>12</sup>

A partir desses debates, vamos apresentar o que as mulheres participantes da pesquisa pensam sobre esses temas. Na próxima seção serão apresentadas as discussões realizadas pelas estudantes dos Institutos Federais no ano de 2019, durante a realização de Grupos de Discussão para uma pesquisa de doutorado, conforme demonstraremos a seguir.

### **Responsabilização do cuidado – narrativas de algumas mulheres**

O contexto mais amplo desse artigo remete a uma pesquisa de doutorado realizada no Programa de Pós Graduação em Educação da PUCRS, iniciado em 2017, que tem como questão *Como as estudantes compreendem e acessam as tecnologias, nos Cursos Técnicos em Vestuário dos IFs da Região Sul do Brasil*. Todo o processo da pesquisa deu-se a partir da experiência da doutoranda como docente que trabalha como efetiva no referido curso em um Instituto Federal. As reflexões que serão apresentadas compõem o material produzido a partir de grupos de discussões das estudantes e as análises indicam particularidades desse curso em relação à composição do corpo discente, preferencialmente feminino. Observamos ainda, que tanto a

<sup>11</sup> SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987, p. 08.

<sup>12</sup> CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015, p. 15.



pesquisa de mestrado como também a de doutorado produziram um eixo de análises vinculadas aos estudos feministas e de gênero, compreendendo, por isso, essa mistura entre quem pesquisa junto com quem aceita ser pesquisada. Do mesmo modo a orientação de doutorado foi provocando novas leituras e apropriações na significação desse tema. É importante destacar, ainda, que os Institutos Federais são instituições que oferecem educação profissional e tecnológica e tem como característica a forte presença da tecnologia em seus cursos.

O percurso metodológico foi guiado a partir das orientações dos grupos de discussão. O trabalho de campo foi composto por três etapas. A primeira etapa foi a aplicação de um questionário com perguntas fechadas a estudantes regularmente matriculadas nos cursos para conhecer as características das estudantes quanto à classe, raça e faixa etária. A segunda etapa foi de entrevistas coletivas por meio dos grupos de discussão. A terceira etapa foi a leitura dos currículos dos cursos, quando foi estabelecido um diálogo entre a construção curricular e a manutenção das relações de poder relacionadas ao gênero, que aparecem ou que estão ocultas no mesmo.

Nesse artigo estabelecemos nossa discussão a partir do encontrado na segunda etapa. Na realização dos grupos, a proposta foi estimular discussões que, conforme Wivian Weller, levam “[...] à reflexão e narração de determinadas experiências e não somente à descrição de fatos. O objetivo maior do grupo de discussão é a obtenção de dados que possibilitem a análise do contexto ou do meio social dos entrevistados, assim como suas visões de mundo ou representações coletivas.”<sup>13</sup> As discussões do grupo foram guiadas a partir de tópicos previamente estabelecidos, segundo recomendação metodológica, e tinham como objetivo estimular a discussão nos grupos e auxiliar para que os objetivos fossem alcançados. A análise dos grupos de discussão resultou nos pontos de análise que nortearam as discussões estabelecidas na tese. Apresentamos nesse artigo o recorte das falas das estudantes que encaminharam a discussão para a responsabilização do cuidado.

Para Helena Hirata,

O trabalho do *care* (cuidado) é exemplar das desigualdades imbricadas de gênero, de classe e de raça, pois as cuidadoras são majoritariamente mulheres, pobres, negras, muitas vezes imigrantes (migração interna ou externa) [...] o trabalho de cuidado foi exercido por muito tempo por mulheres, no interior do espaço doméstico, na esfera dita ‘privada’, de forma gratuita e realizado por amor, junto aos idosos, crianças, doentes, deficientes físicos e mentais.<sup>14</sup>

<sup>13</sup> WELLER, Wivian. Grupos de discussão: aportes teóricos e metodológicos. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicole (Orgs.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: Teoria e Prática**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, p. 54-66, 2013, p. 56.

<sup>14</sup> HIRATA, Helena. Mulheres brasileiras: relações de classe, de “raça” e de gênero no mundo do trabalho. **Confins**, n. 26, 2016. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/10754>>. Acesso em: 02 set. 2020.



Para garantir o anonimato das estudantes, todos os nomes que aparecem nas transcrições são fictícios e escolhidos por elas. Iniciaremos nossa discussão a partir da fala da estudante Maria<sup>15</sup> que, durante uma conversa cujo tema era como conciliar família e trabalho, relata: *“Quando a mulher quer, ela faz tudo e ainda sobra tempo pra ela.”* O debate, então, foi encaminhado a partir dessa fala. A pesquisadora questionou a estudante apontando que, conforme sua fala, a mulher seria responsável por todo esse trabalho, ao que Maria respondeu que a mulher não é responsável por todo trabalho, porém, a mulher se sente responsável e por isso o faz. Conforme suas palavras: *“Ela toma a frente, porque ela é despachada de natureza. A natureza da mulher é assim.”*

No depoimento de Maria percebemos que ela acredita que a “natureza” da mulher lhe impõe esse papel de responsável pelo cuidado da casa e da família e, ainda, Maria sente-se orgulhosa e satisfeita de ser cumpridora dessa responsabilidade. Identificamos aqui como está fortemente internalizado nas mulheres a questão da responsabilização apontada por Biroli. Outro depoimento que corrobora essa situação é o da estudante Cris, que entende que sua prioridade é voltar aos estudos e, sendo assim, ela abre mão de trabalhar, pois, segundo ela, teria pouco tempo para cuidar das filhas. Na sua avaliação, mesmo que o marido ajude com o trabalho de casa, a responsabilidade com o cuidado das filhas é da mãe. Segundo Cris: *“Por mais que meu esposo ajude não é a mesma coisa, porque criança precisa da mãe por perto.”* Percebemos no seu relato que ela entende que quando o marido cuida das crianças ou faz o trabalho doméstico é uma “ajuda”, conforme suas próprias palavras. Portanto, ela prefere fazer, mesmo que para isso precise abrir mão de seu trabalho e assumir essa responsabilidade para si, como Maria.

Observamos que até mesmo as estudantes mais novas, que ainda não tem filhos, relatam sobre essa situação, como podemos verificar na conversa entre três estudantes que moram com os pais. Ao iniciar a conversa sobre o assunto, Manequim relata que pretende ter filhos, porém, somente depois que concluir a graduação, pois entende que *“primeiramente os estudos”*. Na continuidade da conversa, Viés afirma que não está em seus planos casar e ter filhos. A estudante aponta que *“não seria um planejamento para minha vida, eu pretendo colocar outras coisas em primeiro plano.”* E ainda debatendo sobre esse tema, Bastidor relata que não tem vontade de ter filhos, mas ela observa que em sua casa ela não identifica problema nesse sentido. Ela afirma: *“minha mãe consegue”*, ou seja, ela entende que a mulher, no caso a sua mãe, consegue dar conta de trabalhar e cuidar dos filhos, porém, ela não se vê nessa situação ou não quer isso para sua vida.

---

<sup>15</sup> Todos os nomes das estudantes são fictícios e todas elas possuem mais de 18 anos e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como o projeto de tese foi submetido ao Comitê Científico da PUCRS e manteve as regras da Resolução 510/2016, que possibilita o não envio do projeto à Plataforma Brasil desde que não identifique as instituições e as pessoas informantes. Com isso, mantivemos o parâmetro da orientação da resolução.



Nessa conversa percebemos que as estudantes entendem que é possível conciliar família e profissão a partir da sua vivência em casa. Porém, relatam a vontade de adiar a maternidade para concluir seus estudos. Podemos pensar que elas identificam a sobrecarga de trabalho de suas mães, mas não o fazem de maneira crítica. Outra estudante, Yang, jovem, mas um pouco mais velha que as citadas, que já passou por uma graduação, mas que ainda não formou sua família e mora com seus pais, relata que quando cursava a faculdade tinha amigos e colegas que tinham filhos. Ela observava que realmente era muito difícil e aponta que “*se o filho adoecia, realmente é a mulher que carrega essa carga*”, e ela se questiona se conseguiria “*conquistar tudo o que tenho hoje se eu tivesse uma família.*” Yang continua seu relato dizendo: “*a minha mãe fala isso, aproveita enquanto você pode, e é realmente o que tô fazendo*” – se referindo a prioridade que, segundo ela, está dando para concluir sua formação para, somente depois, formar sua família. Quando pensamos um pouco mais profundamente sobre essa fala de Yang e o conselho de sua mãe, constatamos que as próprias mulheres reproduzem a responsabilização feminina pelo cuidado. Na fala da mãe de Yang, “*aproveita enquanto pode*”, está implícita essa mensagem.

Para as mulheres, a vontade de estudar representa um aumento de atribuições. Quando voltam a estudar, ou exercem alguma atividade fora de casa, encontram mais dificuldades que os homens porque estarão submetidas a uma jornada dupla ou tripla de trabalho, já que acumulam mais uma tarefa no seu dia-a-dia. Na grande maioria das vezes, as mulheres não deixam de exercer nenhuma das atividades que tinham anteriormente, como aparece no depoimento da estudante Linha, que é casada, mãe de dois filhos, confeiteira e que voltou a estudar: “*é minha responsabilidade, é tudo eu que faço.*” Linha conta que antes de sair para a aula de manhã, acorda mais cedo e deixa as coisas “adiantadas” porque chega em casa no final da manhã e faz o almoço, pois os filhos e o marido vêm almoçar. Ela continua sua fala explicando que se tem alguma encomenda de bolo ou algum outro pedido que precise ser entregue próximo da hora do almoço ou nas primeiras horas da tarde, já deixa pronto na noite anterior, porque de manhã “*eu venho pra aula, volto pra casa, faço almoço, atendo o que tenho que atender de tarde e aí a tarde acaba se tornando curta pra tudo isso.*”

As mulheres, ao serem responsabilizadas pelo trabalho doméstico e essa reponsabilidade ser atribuída à sua natureza, às suas características biológicas, faz com que elas encontrem dificuldades para questionar essa situação, uma vez que características biológicas não podemos modificar. Dessa maneira, essa construção, além de garantir que esse trabalho não seja remunerado, ainda faz com que as mulheres se orgulhem de cumprir essa “destinação” natural, muitas vezes abrindo mão de sua carreira profissional. A seguir, discutiremos os efeitos da pandemia de COVID-19 nesse panorama.

## A pandemia de COVID-19 no ano de 2020

Nessa seção, a nossa discussão será encaminhada apontando os fatores que ocasionaram o agravamento das questões relacionadas acima com a pandemia do COVID-19 no ano de 2020. Assim como indicamos nesse artigo, a pandemia também atingiu diferentemente as pessoas a partir de sua classe, raça e gênero. Com o aprofundamento de nossas discussões entendemos que a pandemia acentuou o panorama das desigualdades debatidas acima, ou ainda, tornou mais “visível” essas diferenças.

No ano de 2020, grande parte da população passa por dificuldades financeiras por causa da diminuição ou suspensão de suas atividades de trabalho, porém, as mulheres foram atingidas em pelo menos mais um aspecto: houve um significativo aumento dos índices de violência doméstica contra a mulher. A ONU Mulheres realizou um estudo durante esse ano e evidenciou que, “em um contexto de emergência, aumentam os riscos de violência contra mulheres e meninas, especialmente a violência doméstica que aumentam devido ao aumento das tensões em casa e também podem aumentar o isolamento das mulheres.”<sup>16</sup> Na maior parte das vezes o agressor é um homem que convive proximamente com a mulher e, nesse ano, a situação de isolamento acabou por manter as mulheres isoladas com seus agressores.

Associando os aspectos de raça e classe social, os efeitos da pandemia também foram sentidos mais fortemente pelas mulheres negras e das camadas sociais mais pobres. Conforme apresentamos anteriormente, as mulheres negras são a maioria das trabalhadoras domésticas, setor que foi fortemente impactado pela pandemia, pois muitas delas perderam o emprego por motivos de saúde, pararam de trabalhar por serem consideradas como um risco de contágio para as famílias com as quais trabalham, ou ainda, ficaram sobrecarregadas de trabalho com o cuidado das crianças por conta do fechamento das escolas. O estudo da ONU Mulheres corrobora essa situação e afirma que “devido à saturação dos sistemas de saúde e ao fechamento das escolas, as tarefas de cuidado recaem principalmente sobre as mulheres, que, em geral, têm a responsabilidade de cuidar de familiares doentes, pessoas idosas e crianças.”<sup>17</sup>

Entre as recomendações fundamentais de preservação nesse momento, além dos cuidados com a higienização das mãos, é de que as pessoas permaneçam em casa sempre que possível. Quanto menos pessoas transitando, utilizando os meios de transporte público, menor a possibilidade de transmissão e de contágio pelo vírus. Porém, esse modelo de quarentena pressupõe que as pessoas tenham casa e dinheiro para comida e que possuam os meios para se conectar com os outros e para o chamado trabalho remoto. Essa não é a realidade da maior parte

<sup>16</sup> GÊNERO E COVID-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta. ONU Mulheres Brasil, Brasília, 2020, p. 02. Disponível em: <[http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19\\_LAC.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf)>. Acesso em: 06 dez. 2020.

<sup>17</sup> GÊNERO E COVID-19, 2020, p. 01.

da população, e aí aparece a desigualdade de impacto dessa pandemia, a partir da condição social<sup>18</sup>. Encaminhamos nosso debate para as considerações finais, não com a intenção de encerrar a discussão, mas com o propósito de incentivar novas discussões a partir dos aspectos levantados nesse artigo.

### Considerações finais

As invisibilidades do trabalho do mundo das mulheres nunca ficaram tão expostas! Talvez esse seja um momento significativo para que o trabalho reprodutivo ganhe outra cara. Em especial pelo próprio mundo familiar. O educativo proveniente das *lives* e informações de *WhatsApp* talvez estejam alterando – assim queremos crer – alguns pontos da vida cotidiana das mulheres. As múltiplas jornadas de trabalho têm nome, possuem todas as idades, sexo, cor e classe social.

A vida para ser cuidada necessita de tempo, olhar atento, repetição. Ensinar todos a cuidar poderia ser uma estratégia para “deseducar” as famílias como um todo. Esse não é um processo simples nem fácil. Primeiramente é preciso despertar a consciência da condição de subordinação a que estão submetidas as mulheres nelas mesmas; é importante que elas compreendam os mecanismos que produziram e mantêm até hoje esse panorama. Quando afirmamos que não é um processo simples, estamos nos referindo aos obstáculos que continuam reforçando essa condição. Pensamos que o primeiro passo para criar essa nova cara possa surgir a partir desse momento diferente que o mundo está passando por conta da pandemia.

Quando ouvimos os relatos das mulheres que participaram da pesquisa que foi apresentada nesse artigo, percebemos que, independentemente da faixa etária, a percepção delas é semelhante. Por isso, apontamos que essa desconstrução passa pela reeducação familiar.

Muitos questionamentos, novas formas de ver a vida, novas formas de trabalhar, novas formas de estudar... Por que não pensarmos em novas formas de relações entre as pessoas, independentemente de seu sexo, gênero, raça, crença ou condição social? Entendemos que

---

<sup>18</sup> Essa situação é agravada pelo comportamento do Governo Federal no enfrentamento da crise. Desde o início da pandemia o Presidente da República insiste em ignorar a gravidade da doença, chegando a referir-se a ela como uma “gripezinha”, além de desrespeitar todos os protocolos de segurança previstos pela OMS (Organização Mundial da Saúde), como o uso de máscara e distanciamento social, fazendo seus pronunciamentos sem máscara e com aglomerações e cumprimentos aos seus apoiadores. Esse comportamento do chefe maior do país gera um agravamento da crise, aumentando a insegurança da população acerca da superação desse momento. Vivemos atualmente a expectativa da chegada da vacina para essa doença, uma vez que pela Europa os primeiros países já começam a recebê-las. No Brasil não sabemos quando essas vacinas chegarão, pois, as informações divulgadas pelo Ministério da Saúde são confusas, não são fundamentadas e muitas vezes contraditórias, como aliás é uma prática recorrente nesse governo em todos os setores.

embora seja uma desconstrução difícil de ser realizada, somente com a continuidade das lutas podemos acreditar em um novo cenário.

## Referências

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

GÊNERO E COVID-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta. ONU Mulheres Brasil, Brasília, 2020. Disponível em: <[http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19\\_LAC.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf)>. Acesso em: 06 dez. 2020.

HIRATA, Helena. Mulheres brasileiras: relações de classe, de “raça” e de gênero no mundo do trabalho. **Confins**, n. 26, 2016. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/10754>>. Acesso em: 02 set. 2020.

LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres**: madresposas, monjas, putas, presas y locas. 4. ed. México: UNAM, 2005.

PINHEIRO, Luana et al. **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI**: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. Texto para discussão. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2528.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SILVA, Maria Beatriz. A educação da mulher e da criança no Brasil colônia. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. 1: séculos XVI – XVIII. Petrópolis: Vozes, p. 131-145, 2004.

WELLER, Wivian. Grupos de discussão: aportes teóricos e metodológicos. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicole (Orgs.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação**: Teoria e Prática. 3. ed. Petrópolis: Vozes, p. 54-66, 2013.